



Universidades Lusíada

Faleiros, Vicente de Paula, 1941-

Serviço social : trajectórias e estratégias

<http://hdl.handle.net/11067/3937>

Metadados

Data de Publicação	1994
Resumo	Este artigo objectiva fazer uma reflexão atualizada sobre a profissão, que dá continuidade aos estudos publicados desde 1985 ' e que aprofundam meus trabalhos sobre a reconceituação do Serviço Social, contribuindo para a formulação de um paradigma de intervenção que denominei "metodologia da articulação" ou da "correlação de forças". O escopo destas reflexões é de trazer à tona meu ponto de vista sobre as questões que hoje perpassam a produção do conhecimento no serviço social e à luz dos meus ...
Palavras Chave	Serviço social - Filosofia
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 09 (1994)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:20:27Z com informação proveniente do Repositório

SERVIÇO SOCIAL: TRAJECTÓRIAS E ESTRATÉGIAS

*Vicente de Paula Faleiros **

Este artigo objectiva fazer uma reflexão atualizada sobre a profissão, que dá continuidade aos estudos publicados desde 1985¹ e que aprofundam meus trabalhos sobre a reconceituação do Serviço Social, contribuindo para a formulação de um paradigma de intervenção que denominei “metodologia da articulação” ou da “correlação de forças”.

O escopo destas reflexões é de trazer à tona meu ponto de vista sobre as questões que hoje perpassam a produção do conhecimento no serviço social e à luz dos meus trabalhos anteriores. Em primeiro lugar coloca-se o problema da existência ou não de uma teoria do serviço social, tese questionada por alguns autores que vêm na profissão apenas uma actividade pragmática, de execução, limitada ao quotidiano e por isso mesmo sem condições de produzir conhecimentos. Em segundo lugar pretendo colocar a questão da intervenção, isto é da prática, ou das estratégias de acção no campo do Serviço Social. Esta tem sido a centralidade de minhas preocupações ao reflectir sobre o serviço social.

Nunca tive a pretensão de situar-me exclusivamente no âmbito de uma teoria desgarrada da acção, mas, pelo contrário, de fecundar a acção com uma visão crítica. Meu propósito ao definir a “metodologia da articulação” foi justamente construir um paradigma da intervenção social que permitisse visualizar as mudanças no confronto de poderes e saberes nas relações sociais. A análise do Serviço Social hoje passa pela questão da condição de possibilidade de construção de um paradigma, e por isso mesmo, é que enceto esta reflexão sobre o debate relativo à produção de conhecimentos.

* Professor titular da Universidade de Brasília.
PhD em Sociologia. Assistente Social.

¹ Ver principalmente *Saber profissional e poder institucional*, S. Paulo, Cortez, 1985; A questão da metodologia em Serviço Social, in *Cadernos Abess* n.º 3: 117-140, S. Paulo, Cortez, 1989, Metodologia e Método do Serviço Social, in *Anais da VII Semana do Serviço Social*, Franca UNESP, 1991, pág. 10-30 e Relações Sociais e sujeitos históricos da acção profissional in *ANAS-VI CBAS Congresso Chico Mendes*, S. Paulo, Cortez, 1991 — pág. 107-117.

Produzir Conhecimentos

A chamada crise dos paradigmas traz questionamentos à forma de se problematizar nosso conhecimento, colocando-se em questão desde os dualismos, cartesianos ou não, até os modelos da acção racional ou da acção comunicativa. Quero reforçar minha crítica a algumas tendências explícita ou implicitamente presentes no Serviço Social: ao reducionismo, ao dogmatismo, aos abstracionismos generalizantes, ao teleologismo, ao empirismo.

Quando me propus a uma crítica ao neopositivismo e ao empiricismo no Serviço Social busquei trabalhar não só os pressupostos metodológicos dessas concepções mas a de seus pressupostos teóricos e estratégicos. O positivismo se funda numa visão da sociedade enquanto ordem, estabilidade, equilíbrio, integração, e ao mesmo tempo pressupõe a internalização da ordem pelos actores independentes. Esse dualismo entre ordem e indivíduo pressupõe que a ordem seja a soma, a agregação dos indivíduos. O individualismo metodológico levou esse pressuposto às últimas conseqüências ao considerar que a interação social se faz a partir dos interesses individuais, hipostasiando-se o indivíduo e suas escolhas racionais numa restauração do utilitarismo. A crítica ao positivismo ultrapassou a visão integradora da direita e alcançou o funcionalismo de esquerda, que pré estabelece funções para o Estado, a classe operária, a ideologia, a partir do projeto de uma “nova ordem” estruturante que nega o sujeito.

Em minhas análises do Serviço Social critiquei tanto uma como outra posição. Uma colocando o indivíduo, no seu esforço pessoal a condição da própria construção da ordem e a outra considerando a estrutura como uma combinatória de elementos genéricos que suprimem as decisões, as escolhas e os destinos individuais. O serviço Social oscilou nestas duas últimas décadas entre duas posições: uma que enfatiza a motivação, o ego, e tem na clínica o seu único instrumental e outra que enfatiza a estrutura, o macro-social e tem na consideração das leis gerais da sociedade sua óptica para traçar estratégias. Minha análise, como detalharei mais adiante, tem se voltado para a intervenção na dinâmica das relações reais entre os grupos e indivíduos.

Reduzir a intervenção social a um modelo, a uma teoria exclusiva, que tudo possa abarcar é um procedimento unilateral que não leva em conta a dinâmica da história, a historicidade dos processos, a especificidade e a dinâmica da conjuntura.

O reducionismo metodológico não considera que os objectos do conhecimento se constroem pela fecundação mútua entre pensar e agir e que as possibilidades teóricas se ampliam cada vez que pensa criticamente a realidade vivida. A possibilidade da teoria não se limita à teoria dentro da teoria, a um desdobramento da teoria por dentro, mas à sua confrontação com a dinâmica da realidade, num processo de ruptura com o senso comum, com a *doxa*, com a aceitação passiva do mundo. E preciso contrapor diferentes formas de conhecimento para se buscar os pressu-

postos daquilo que se supõe o real. Não se pode, evidentemente, confundir as intenções dos agentes com a realidade, nem tão pouco reduzir tudo a um objectivismo independente dos sujeitos. A construção do conhecimento científico é polémica, problematizadora e é através deste processo de ruptura com os supostos “evidentes” que no Serviço Social foi possível ir se construindo novos objectos de intervenção.

Para Mary Richmond o problema social, paradoxalmente, situava-se na personalidade. Mais tarde (Ver Bartlett) fez-se uma e esta visão psicologizante passando-se a considerar simultaneamente na acção, o indivíduo e o meio e o significado do meio para o indivíduo. A contribuição marxista é que trouxe a compreensão das trajectórias sociais e dos grupos de referência passando-se a considerar que a Sociedade supõe o indivíduo, mas o indivíduo pressupõe a sociedade.

Ao mesmo tempo descobriu-se que a intervenção social implica decisões e que é preciso articular o saber mais genérico com a *phronesis* aristotélica, para que se possa decidir bem, unindo-se praticidade e esclarecimento, o que nos leva ao conceito de estratégia. Ao reducionismo contraponho esta mútua transformação da ciência e do senso comum para retomar Boaventura dos Santos ² que sugere a desconstrução da ciência pela sua inserção na totalidade que a transcende.

O dogmatismo, inseparável do reducionismo, nega, por sua vez, a historicidade do conhecimento e da praxis, fazendo derivar as análises específicas de princípios gerais ou de chamadas leis gerais que valem para todo tempo e lugar. O pensamento dogmático esclerosou a análise. Boaventura dos Santos lembra muito bem a necessidade de se desdogmatizar a ciência. É preciso analisar as condições históricas e teóricas da produção do conhecimento para entendê-lo em seu tempo, em seu contexto. Sempre me preocupei em contextualizar o saber, em ver as disputas que envolve, em considerar os ângulos que privilegia.

Ao se privilegiar, por exemplo, apenas as determinações de classe ou as determinações económicas para se fazer o trabalho social estamos tornando absolutas certas proposições que têm sentido num processo histórico e teórico e que, portanto, precisam ser analisadas criticamente em seu contexto. A questão das classes sociais não se coloca de modo algum na Grécia Antiga, nem na África tribal e é diferente no século XX do século XIX. Não se trata de negar o conceito de classe, mas de buscar o *aprofundamento* desse conceito na realidade concreta. Em meu livro “O Trabalho de Política” realizei uma análise das condições concretas da manifestação das contradições específicas das políticas de saúde e segurança no trabalho no Brasil, considerando as relações complexas entre os diferentes atores nas diferentes conjunturas, mas de acordo com uma perspectiva mais ampla do contexto em que os actores se movem. Não se trata, evidentemente, de ecletismo que consiste no somatório, na agregação de pontos de vista, mas na perspectiva de uma apreensão

² Ver SANTOS, Boaventura dos, *Introdução a uma ciência pós moderna*, Rio, Graal, 1989, pp. 45.

da complexidade que a exclusividade de certos conceitos não dá, não traz, empobrecendo a própria análise. Não defendo o subjectivismo do conhecimento, nem os convencionalismos, nem o objectivismo, nem o tecnicismo que reduz o conhecimento ao mero aparato técnico-metodológico, mas a busca constante dos supostos e pressupostos do que é dado, dado como primeira aproximação do real, dado como constructo. O conceito de totalidade se constroi a partir de uma perspectiva de longa duração na história como propõe o grupo da História Nova, e de uma perspectiva dos movimentos e relações das forças em presença. A totalidade, como sempre afirmei, é relacional e dinâmica.

Em razão do já exposto é que me propus a construir uma análise do Serviço Social a partir de dentro, na consideração das perspectivas de seus actores, em conflito de posições, como no texto “Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceitualização” sem cair no abstracionismo e derivar posições de um confronto genérico entre “conservadores e progressistas”, “burgueses e proletários”, “tradicionais e modernos”, “atrasados e avançados”, “ajustadores e transformadores” ou de outros dualismos correntes na categorização da profissão nas décadas de 70 e 80. Se é bem contestável que no calor das disputas há tendência a se generalizar posições a construção de estratégias profissionais mais profundas e consequentes não pode limitar-se a esses esquemas simplificadores demasiadamente abstractos. As abstrações, como bem assinalou Marx, são apenas mediações para o aprofundamento do real através do pensamento mas não o real. As categorias e as estratégias de acção em Serviço Social são construções teórico-metodológicas que advêm da fecundação da teoria pela prática e da prática pela teoria e constituem um reportório profissional para a intervenção que não é deduzível de uma teoria abstracta, mais implica uma acumulação de experimentações controladas por um saber sistemático, combinando investigações quantitativas e qualitativas com as análises críticas das mesmas.

A prática profissional só deixará de ser repetitiva, pragmática, empiricista se os profissionais souberem vincular as intervenções no quotidiano a um processo de construção e desconstrução permanente de categorias que permitem a crítica e a autocrítica do conhecimento e da intervenção. A prática crítica não se reduz à mera aplicação do conhecimento que vem de fora dela, mas ela própria gera a necessidade de reformulação do conhecimento, e em cada situação é preciso uma hermenêutica, uma interpretação que alie os sentidos que se dão à prática e à análise das condições em que esta se realiza. As questões que se colocam nas situações singulares não podem reduzir-se a simples representação de cada agente mas precisam se inscrever em questões mais amplas para se ver como esta interpretação está se transformando, pois a prática coloca ao mesmo tempo o imperativo da transformação. Trata-se, pois, de interpretar o mundo na sua transformação e de transformá-lo na sua interpretação.

Nesse processo de interpretação — transformação é preciso ter em conta o tempo, a temporalidade histórica, procurando-se aliar o imediato a um processo de

mediações complexas que implicam conhecimento e decisão, escolhas entre alternativas, interação e conhecimento, poder e saber, poder para conhecer, conhecer para poder, visualizando-se o essencial no imediato, pois a acção vai mudando a própria interpretação no tempo histórico, à medida em que certos resultados vão surgindo e só assim se pode ver o processo. Os resultados esperados da acção são também mutáveis à luz das interpretações de vários actores em confronto e das referências mais globais dos conhecimentos acumulados. Apesar dos protocolos médicos as situações de cada paciente exigem interpretações decorrentes de suas trajectórias e são a condição de possibilidade para novas estratégias.

A intervenção em Serviço Social consiste nesta articulação combinada de trajectórias e estratégias de acção de diferentes actores que se entrecruzam numa conjugação de saberes e poderes configurando-se a situação de relação entre profissional e usuário ou cliente, (embora esta palavra tenha vários sentidos, inclusive de clientela, usamo-la com referência a uma dinâmica profissional). Pode-se falar na psicanálise de analista/analizando, na educação de professor / aluno, no comércio de vendedor / comprador, na medicina de médico paciente, no Serviço Social a relação profissional envolve mais directamente, embora não exclusivamente, a expressão do poder como doador /receptor. Minha preocupação central ao analisar o Serviço Social é de o situar nesta dinâmica relacional de poder e saber a tal ponto de propor um novo paradigma de intervenção que considera ao mesmo tempo as forças em presença para enfrentar problemas e recursos e não recursos e problemas de forma neutra. São as forças que condicionam recursos e saberes que definem problemas, ou melhor são forças e saberes que articulam problemas e recursos, são saberes e poderes, conhecimento e estratégia que é preciso levar em conta, como já assinado no meu livro “Saber Profissional e Poder Institucional”. A crítica até agora feita mostra a possibilidade de construir conhecimentos em Serviço Social, mas ele está voltado também para trabalhar estratégias em relação às trajectórias sociais e individuais, objecto das reflexões a seguir.

Estratégias e Trajectórias

O discurso das ciências sociais contemporâneas passou a valorizar o sujeito como um personagem que entra em cena com seus desejos, seu mundo simbólico, sua individualidade, desconsiderando às vezes, o próprio contexto em que o sujeito se constitui, sua trajectória social em articulação com sua trajectória individual ou familiar. A construção dos sujeitos se faz no imbricamento de relações complexas e num processo histórico demarcado por rupturas e continuidades. As trajectórias não são caminhos prefixos ad aeternum pelas estruturas, nem processos de escolhas livres. Elas consistem no trânsito das possibilidades para as viabilidades, numa

combinação de *virtù e fortuna* na expressão de Maquiavel, dos fados e feitos, das condições dadas com as acções e iniciativas individuais e dos grupos a que pertence.

As trajectórias não são processos mágicos, mas uma construção e uma desconstrução de poderes numa dinâmica relacional em que se entrecruzam de forma interdependente os ciclos longos da história e os ciclos curtos das vidas dos indivíduos. Esta trajectória não é pois linear mas um processo de mudanças de relações. Esse processo de mudança de relações implica rupturas que se manifestam em desavenças, revoltas, resistências, deslocamentos e continuidades que se manifestam como acomodações, integrações, tradições, repetições.

As rupturas e continuidades se vinculam a processos globais, independentes da vontade dos sujeitos isolados mas que se articulam em forças dominantes e dominadas em relação.

Os dominantes podem construir suas trajectórias de forma mais autónoma pois detêm a hegemonia, a direcção de um processo histórico de mais longo prazo, enquanto que os dominados se vêem atomizados, fragmentados e fragilizados pelas pressões de todos os tipos em suas decisões.

A trajectória dos dominados tem a marca da exclusão social enquanto processo de marginalização dos bens, culturais, económicos, políticos, de lazer, que constituem patrimónios de certos grupos, embora haja um processo de integração em patrimónios familiares, afectivos, de amizade, de certos bens que configuram o património dos dominados inseridos numa relação de desigualdade. Bourdieu fala da existência de diferentes capitais. Prefiro utilizar a expressão patrimónios pois os patrimónios se adquirem nas relações de família, de exploração, de dominação e também através do imaginário social. Há patrimónios simbólicos que são vividos comunmente por dominantes e dominados como o que se chama de religião, nação, paixão pelo futebol e certos hábitos próprios de uma cultura, como a maneira de se fazer uma refeição no quotidiano. Essas vivências produzem coesão social mas não eliminam a dominação. Embora se comam bifes em todos os grupos sociais é muito diferente um de filé mingnon de outro de acém.

Os *patrimónios simbólicos* são referências para a constituição das identificações sociais. A representação que indivíduos e grupos fazem de si mesmos dependem das crenças, valores e referências culturais que se adoptam no quotidiano. As representações e ideologias dependem das práticas sociais de classe, de discriminação, de resistência. Há uma interface entre representação/ideologia considerando-se esta mais abrangente e estruturada de acordo às relações de dominação. A representação social implica tanto conhecimentos adquiridos como os valores culturais de uma época e a ideologia é a representação vivida no confronto de poderes e resistências.

As trajectórias são processos de desestruturação como de estruturação de referências e patrimónios, pela articulação ou desarticulação de relações sociais num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identificação social. Esta perda ou aquisição de patrimónios

estão vinculadas tanto a processos contextuais como às *biovias* (termo que proponho para designar os caminhos da vida) da família, de redes de pertença, de vizinhança. Num momento determinado um indivíduo pode ser casado, lavrador, pequeno proprietário, e numa mudança das relações na propriedade da terra, migra, transformando-se em separado, ambulante, urbanizado, favelado. A migração e a nova situação colocam em jogo (*enjeu*) novas relações que envolvem um processo de construção de novas referências e identificações e perda de outras que diminuem ou aumentam a capacidade de poder intervir no quotidiano e construir a sua autonomia, ou seja de conseguir diminuir poder.

As trajectórias das crianças de rua, por exemplo, mostram um processo desestruturador de referências e identificações a tal ponto de não se lembrarem do seu nome completo, do nome dos pais, de sua idade, do tempo há que estão na rua, do espaço em que viviam³, embora até possam a vir adquirir um apelido, morar num mocó “personalizado” com alguns objectos, criar uma “família de rua” o que não substitui as referências fundamentais perdidas, vividas como feridas abertas.

As *biovias* podem, pois, representar fracassos ou sucessos para os diferentes actores, e mais profundamente, traduzem um jogo de poderes, uma correlação de forças.

As estratégias são processos de articulação de poderes em relação aos interesses, referências e patrimónios em jogo, seja pelo rearranjo de recursos, de vantagens e patrimónios pessoais, seja pela efectivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações. As estratégias implicam investimentos em projectos individuais e colectivos que tragam a rearticulação dos patrimónios, referências e interesses com vistas à re-produção e à representação dos sujeitos históricos. Reproduzir-se é atender às necessidades de sobrevivência nas relações sociais dadas historicamente e representar-se significa o processo de reconstrução da identidade. Como bem assinalam Len Doyal e Ian Gough⁴ as necessidades humanas básicas são objectivas e o seu não atendimento traz ameaça à própria vida ou sério prejuízo a ela e portanto constituem o fundamento de uma intervenção social nas trajectórias, pois o património e as referências de que falamos são mediações para satisfação das necessidades. Refazer suas formas de reprodução e de representação implica uma política do quotidiano para poder conduzi-lo nas pequenas decisões.

Essa política do quotidiano implica a sobrevivência no mundo da técnica que hoje vivemos, além da necessidade de construção de um agir comunicativo, pois o artefacto não é só objecto de desejo mas meio e instrumento de acesso a *biovias* no mundo moderno. Os modernos consideram que a técnica traz melhores condições

³ Ver, por exemplo, a dissertação de OLIVEIRA, Eliana Rocha, *Viver e morrer nas ruas*, Rio de Janeiro, FGV, IESAE, 1993.

⁴ DOYAL., Len e GOUGH, Ian *A theory of human need*, London Mcmillan, 1991.

de vida, e de facto ela revolucionou o quotidiano com electrodomésticos, computadores, informática. Ao mesmo tempo que abriu novas possibilidades de gerir o quotidiano ela também provoca dificuldades ao reduzir o emprego, tornar o trabalho mais precário, exigir novas qualificações e provocar exclusões sociais. As trajetórias e estratégias não são, pois, processos mecânicos mas contraditórios, não são lineares mas implicam mudanças e decisões que fortalecem ou enfraquecem os processos de referência, de autonomia, de atendimento às necessidades.

Não é possível viver sem referência às instituições sociais, elas fazem parte das trajetórias, itinerários e estratégias dos sujeitos e por sua vez definem trajetórias, itinerários, já que possuem relações de poder e saber que interferem na sua vida e no quotidiano dos indivíduos. O Serviço Social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre tenho enfatizado, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológicas de seus actores assim como das relações de poder das instituições.

Se é bem verdade que os grupos hegemónicos tentam implementar nas instituições sociais uma política de reforço da dominação através de estratégias clientelistas, paternalistas, autoritárias, divisionistas, de isolamento e delimitação dos problemas e recursos a planos e projectos definidos de cima para baixo, há também articulação de estratégias que visam redefinir trajetórias, mudar as relações de poder, com o uso do direito, da informação, dos recursos, das redes, em consonância com os patrimónios, referências e interesses em jogo.

Na perspectiva teórico — metodológica integradora, funcionalista de Serviço Social a estratégia central do profissional contratado por uma instituição tem sido a do encaminhamento para a solução de problemas de acordo com os recursos disponíveis. Encaminhamento não tem sido visto como interveniência em trajetórias mas transferências de lugares, responsabilidades, de instâncias podendo significar tanto omissão, jogo de empurra, como redefinição de trajetórias. Busca-se mudar o comportamento, o meio, a motivação e a principal estratégia para isto é levar o actor a adoptar uma mudança ou inovação através de um processo de convencimento, de persuasão, estímulos, informação que possam parecer mais vantajosos ou ser aceites como vantajosos. É comum certas instituições levarem as mulheres a fazerem ligadura de trompas, determinar a retirada de crianças da família, entregar alimentos nas condições impostas pela instituição (por exemplo com a obrigação de frequência de reuniões) como se fossem benéficas para a população. Não é apenas linguagem o instrumento de acção do assistente social mas o trabalho complexo de relacionar, correlacionar, propor, acompanhar, avaliar e se implicar em trajetórias e estratégias.

Nesta perspectiva integradora o Serviço Social não passaria de uma repetição de trajetórias de acordo ao poder hegemónico que se confirmaria automaticamente

nas relações particulares como propõe uma certa teoria da reprodução das condições particulares como propõe uma certa teoria da reprodução das condições sociais.

Esta visão do dominante aparece assim na Bíblia⁵: pois os meus pensamentos não são os pensamentos de vocês, e os caminhos de vocês não são os meus caminhos”.

Quando um determinado sujeito procura ou se vê diante do Serviço Social está numa trajectória de fragilização, de perda de património ou referências, sem atendimento de suas necessidades básicas e é por isso que, em nosso paradigma de correlação de forças, propus o fortalecimento do dominado (*empowerment*) e sua defesa (*advocacy*) como objectivos estratégicos da intervenção em Serviço Social em contradição com a perspectiva de reforço do poder dominante ou mera reprodução. O assistente social passa a ser um aliado do cliente/usuário ao invés de um gerenciador de recursos da instituição em função dos critérios, normas e itinerários por ela estabelecidos.

Algumas estratégias de intervenção podem ser enumeradas levando em conta também os trabalhos de Gisèle Legault, Maurice Moreau, Guy Bilodeau, Eva Faleiros, Corrigan, Leonard, Galper. As estratégias de intervenção que a seguir enunciarmos dependem das correlações de força, e, portanto, da conjuntura e da situação concreta. Não se trata de uma aplicação linear dos dispositivos estratégicos mas de um processo constante de perscrutar as condições concretas de intervenção.

As estratégias estão vinculadas às trajectórias e portanto devem visar a reabilitação dos patrimónios, referências e interesses fortalecendo o poder dos sujeitos dominados nas suas relações sociais. Podemos, assim, destacar estratégias de rearticulação das referências sociais, de estratégias de rearticulação de patrimónios, de contextualização e de articulação instutucional.

A rearticulação de referências sociais implica o processo de compreensão do problema à luz das trajectórias do sujeito, a discussão e implementação de seus direitos de cidadania, a prática da participação nas decisões que lhe digam respeito, a mais ampla informação sobre as condições e alternativas de mudança do quotidiano, a busca do reconhecimento das redes em que convive e das relações de opressão, discriminação e intolerância que sofre. É preciso ainda que se visualize o processo de identifição social do sujeito.

As estratégias de rearticulação de patrimónios ou capitais implicam os dispositivos de acesso aos recursos, equipamentos, benefícios fortalecendo-se a condição de reprodução dos sujeitos e o atendimento às suas necessidades, o que exige o conhecimento dos recursos e dispositivos das políticas sociais e de sua operacionalização. A inserção social nesses dispositivos é um processo avesso à exclusão social e não simplesmente uma integração adaptativa já que o Estado é um campo

⁵ Is, 55, 6-9.

contraditório de interesses assim como o das instituições sociais. As estratégias de rearticulação desse processo de reprodução não podem limitar-se a um mero repasse de recursos mas devem inserir-se numa compreensão do contexto social, pois serão diferentes num momento de crescimento ou de recessão, de estabilidade ou crise política conforme as relações existentes em se tratando de cidade ou campo, zonas industriais ou de serviços, de expansão ou decadência. Não se trata pois de um voluntarismo mas de uma articulação das trajectórias aos processos mais gerais, nas condições históricas de curta e longa duração para que se possa configurar um rearranjo de poderes no curso das biovias.

Estas estratégias de contextualização visam retirar os problemas de sua circunscrição limitada, para considerar as relações de força, ou melhor, de dominação em suas tendências mais gerais, sem perder de vista os planos de intervenção mais específicos e particulares. A particularidade não exclui o contexto, pelo contrário, o implica em seu movimento. A busca de *estratégias superpostas* visa abrir a possibilidade de uma articulação de níveis de acção. Um trabalho com prisioneiros implica tanto o trabalho das relações internas na prisão, das referências de prisioneiro e de seus estigmas, da cidadania que deve ser defendida, assim como a intervenção junto ao Poder Judiciário e à comunidade ou grupos de interesse nos problemas. Sem isso, por exemplo, um prisioneiro terá muito mais dificuldade em mudar de trajectória.

Esta combinação de estratégias implica, evidentemente, um plano estratégico institucional complexo para reforçar as alianças com o cliente, estabelecer os níveis e ritmos das intervenções, os recursos e as oportunidades de usá-los, o envolvimento de diferentes sectores institucionais, da sociedade, da família. Uma intervenção estratégica consiste fundamentalmente na tomada de iniciativas de acordo à dinâmica das forças e actores em presença e em confronto.

A análise aqui feita recoloca em outra perspectiva as questões suscitadas pelo movimento de reconceituação do Serviço Social dos anos 60/70 em que se enfatizam os objectivos de conscientização, politização, mobilização e participação, conforme, por exemplo, o projecto de currículo da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaiso⁶.

Estes objectivos eram colocados numa óptica muito dualista em que se dividia a sociedade exclusivamente entre burguesia e proletariado e o compromisso de classe significava que a intervenção deveria compreender o projecto de luta de classes do operariado previsto pelo conjunto de suas organizações e de seus partidos mais representativos.

⁶ Ver PALMA, Eloisa Pizarro de et alii, *Que es trabajo social*, Lima, Celts Ediciones, 1981, texto que reproduz o projecto da Escuela de Trabajo Social da U.C.V., publicado em 1972.

Esta perspectiva deixava de lado as experiências de classe que iam configurando trajectórias diferentes e a complexidade dos conflitos nas instituições e no interior do Estado que permitem visualizar um movimento mais profundo e particular de intervenção. A marca da especificidade do Serviço Social advém da intervenção nessa particularidade que implica, ao mesmo tempo, o confronto com problemas sociais e com as correlações de força e os interesses em jogo.

O movimento de reconceituação contribuiu significativamente para uma guinada no olhar que boa parte do Serviço Social vinha dirigindo sobre seu papel e sobre sua eficácia, levantando a questão de sua relação com o capitalismo e as classes sociais, mas avançou pouco em propostas estratégicas, o que implica mais complexidade. É um desafio que me parece actual e que tentei enfrentar com estas reflexões.